Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

RELUCI SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM ALTA – ES MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

Emitente: Unidade Central De Controle Interno – UCCI – Vargem Alta/ES

Unidade Gestora: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM

ALTA/ES

Gestor responsável: José Américo Salvador – Diretor do SAAE nomeado pelo Decreto

nº 4337/2021 de 04/01/2021.

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No decorrer do exercício de 2024, as atividades do Controle Interno foram conduzidas pelos seguintes servidores:

RESPONSÁVEL	FORMAÇ ÃO	DECRETO DE NOMEAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	CARGO	DE	ATÉ
Daniela Aparecida				Controladora		
Balbino Ferraço	Direito	4405/2021	20/01/2021	Geral	02/01/2024	02/07/2024
Thadeu dos Santos	Ciências			Assistente de		
Orletti	Contábeis	4717/2022	04/07/2022	Gestão	02/01/2024	07/03/2024
Gabriela de Oliveira				Assistente de		
Nespoli Dan	Direito	5171/2024	08/03/2024	Gestão	08/03/2024	02/07/2024
				Auditor		
	Ciências			Público		
Emerson Cereza Souza	Contábeis	5262/2024	28/06/2024	Interno	28/06/2024	05/07/2024
Paulo Sérgio Sartori de	Ciências			Secretário de		
Oliveira	Contábeis	5285/2024	08/07/2024	Controle	08/07/2024	31/12/2024
Gabriela Fávero de	Ciências			Assessor de		
Carvalho	Contábeis	5348/2024	02/09/2024	Integridade	02/09/2024	31/12/2024

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Página 1 de 8

VANCEMALE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

1.1 – Itens de Abordagem Prioritária:

00318	o fiscal, financeira e	Processos			Universo do	Amostra
Código	Ponto de con- trole	Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Ponto de Controle	Selecio- nada
1.1.2.	Despesa – realiza- ção sem prévio empenho	Relatório Lista- gem de paga- mentos / empe- nhos / Balancete Analítico da Despesa / BA- LORC	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatório anual	Relatório anual
1.2 Gestã	o previdenciária					
Código	Ponto de con- trole	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada
1.2.1	Registro por com- petência - despe- sas previdenciá- rias patronais	BALVER e Relatório de empenhos e pa- gamentos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de com- petência	Verificar se foram realizados os re- gistros orçamentários e patrimoni- ais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuari- ais, observando o regime de com- petência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.2	Pagamento das obrigações previ- denciárias - parte patronal	BALVER- ANUAL DEMCSE	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de com- petência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.3	Registro por com- petência – multas e juros por atraso de pagamento	BALVER- ANUAL DEMCSE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1°. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.4	Retenção/Re- passe das contri- buições previden- ciárias parte servi- dor	BALVER- ANUAL DEMCSE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 10. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenci- ários	BALVER- ANUAL DEMCSE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 19. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no	Relatório anual	Relatório anual

Página 2 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

		1	Ī		1	1	
				RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.			
1.2.8	Medidas de Co- brança-Créditos Previdenciários a Receber e Parce- lamentos a Rece- ber	BALVER- ANUAL DEMCSE	LRF (LC 101/2000).	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório anual	Relatório anual	
1.3 Gestã	o patrimonial						
Código	Ponto de con- trole	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada	
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – regis- tro contábil compa- tibilidade com in- ventário.	ITERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Relatório anual	Relatório anual	
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle.	ITERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável (is) por sua guarda e administração.	Relatório anual	Relatório anual	
1.3.3.	Disponibilidades fi- nanceiras – depó- sito e aplicação em instituições finan- ceiras Oficiais.	EXTBAN RELGES BALFIN	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades fi- nanceiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Relatório anual	Relatório anual	
1.3.4	Disponibilidades fi- nanceiras – depó- sito e aplicação confirmação ex- terna.	EXTBAN RELGES BALFIN	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancá- rios no final do exercício.	Relatório anual	Relatório anual	
1.5 Demai	1.5 Demais atos de gestão						
Código	Ponto de con- trole	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada	

Página 3 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

1.5.1	Documentos inte- grantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	DOCSPCA	IN regulamenta- dora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos inte- grantes da PCA estão em confor- midade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamen- tadora da remessa de prestação de contas.	BALORC BALPAT BALVER - ANUAL COMINV CRIA CRONOS DEMCSE DEMDAD DEMRAP DEMFCA DEMVAP EXTBAN INVALM INVIMO INVINT INVMOV JUSTCRO NOTAEXP PROEXE RELACI RELUCI TERALM TERIMO TERINT TERMOV	BALORC BALPAT BALVER - ANUAL COMINV CRIA CRONOS DEMCSE DEMDAD DEMRAP DEMFCA DEMVAP EXTBAN INVALM INVINT INVMOV JUSTCRO NOTAEXP PROEXE RELUCI TERALM TERIMO TERINT TERIMOV
1.6. Gestá	I ão de Pessoas (Folh	ı a de Pagamento e	l Atos de Pessoal)			
	ha de Pagamento		<u> </u>			
Código	Ponto de controle	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada
1.6.1.1	Extrato consoli- dado da folha de pagamento.	Extrato consolidado da folha de pagamento.	IN regulamenta- dora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da re- messa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Paga- mento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sis- tema interno de Folha de Paga- mento utilizado pela unidade ges- tora.	Relatórios mensais	Relatórios mensais
1.6.1.2	Liquidação da fo- lha de pagamento.	Extrato consoli- dado da folha de pagamento. BALORC	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cida- des Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valo- res contabilizados no sistema con- tábil utilizado pela unidade gestora.	Relatórios mensais Relatório anual	Relatórios mensais Relatório anual
2.2. Gesta	io fiscal, financeira	e orçamentária				
Código	Ponto de controle	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	BALVER ANUAL BALANCORT BALORC BALPAT	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consoli- dação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	JUSTCRO	Lei 8.666/1993, arts. 5° e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	BALANCORT BALORC BALPAT	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art.	Avaliar se foram realizadas despe- sas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu-
	irregularidades	DALI AT	4°.	público, ilegais e/ou ilegítimas.	tureza	reza

Página 4 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

			1			
Despesa – liquida- ção	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza	
Pagamento de despesas sem re- gular liquidação	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza	
Despesa – auxí- lios, contribuições e subvenções.	BALANCORT BALORC BALPAT	Legislação espe- cífica.	Avaliar se houve concessão de au- xílios, contribuições ou subven- ções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza	
Despesa – sub- venção social.	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza	
ăo patrimonial						
Ponto de controle	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada	
Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	BALANCORT BALORC BALPAT	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/cNBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza	
Dívida pública – precatórios – pa-gamento	BALANCORT BALORC BALFIN	CRFB/88, art. 100 c/c Lei	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento,	Não ocorreu fato desta na-	Não ocor- reu fato desta natu-	
2.4. Limites constitucionais e legais						
es constitucionais e	BALPAT legais	4.320/04, art. 07.	estabelecidas na ČRFB/88.	tureza	reza	
es constitucionais e Ponto de controle		Base legal		Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada	
Ponto de	Processos Administrati-		estabelecidas na CRFB/88.	Universo do Ponto de	Amostra Selecio-	
Ponto de controle Transferências vo-luntárias – exigên-	Processos Administrativos analisados BALANCORT BALORC BALFIN	Base legal LC 101/2000,	Procedimento Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da	Universo do Ponto de Controle Não ocorreu fato desta na-	Amostra Selecio- nada Não ocor- reu fato desta natu-	
Ponto de controle Transferências voluntárias – exigências	Processos Administrativos analisados BALANCORT BALORC BALFIN	Base legal LC 101/2000,	Procedimento Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da	Universo do Ponto de Controle Não ocorreu fato desta na-	Amostra Selecio- nada Não ocor- reu fato desta natu-	
	Pagamento de despesas sem regular liquidação Despesa — auxí- lios, contribuições e subvenções. Despesa — subvenção social. Ponto de controle Passivos contingentes — reconhecimento de precatórios judiciais Dívida pública — precatórios — pa-	Pagamento de despesas sem regular liquidação Despesa — auxí-lios, contribuições e subvenções. Despesa — subvenções. BALANCORT BALORC BALPAT BALANCORT BALORC BALPAT BALANCORT BALORC BALPAT BALORC BALPAT BALANCORT BALORC BALPAT Dívida pública — precatórios judiciais BALANCORT BALORC BALPAT	Pagamento de despesas sem regular liquidação Despesa — auxílios, contribuições e subvenções. Despesa — subvenções. BALANCORT BALORC BALPAT BALORC BALPAT Lei 4.320/1964, art. 62. Legislação específica. Lei 4.320/1964, art. 16. CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/1964, art. 16. CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/cNBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10. Dívida pública — precatórios — pa-	Despesa — liquidação Pagamento de despesas sem regular liquidação Despesa — auxí- BALANCORT BALORC BALPAT Despesa — auxí- lios, contribuições e subvenções. Despesa — sub- venção social. Despesa — sub- venção especifica. Avaliar se houve concessão de subvenções a entidades privadas por esp	Despesa – liquida- ção BALANCORT BALORC BALPAT BAL	

Página 5 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

Servidores cedidos	Extrato consoli- dado da folha de pagamento	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1°; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4°, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza
Parcelamento de débitos previdenci- ários – Autorização Legal	Não ocorreu fato desta natureza	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1°; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcela- mentos tiveram autorização legis- lativa por se tratar de dívida fun- dada.	Não ocorreu fato desta na- tureza	Não ocor- reu fato desta natu- reza
ais atos de gestão					
Ponto de controle	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada
Pessoal – função de confiança e car- gos em comissão	Extrato consoli- dado da folha de pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Extrato consolidado da folha de pagamento Legislação Municipal	Extrato consoli- dado da fo- lha de pa- gamento Legislação Municipal
Pessoal – contra- tação por tempo determinado	Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se destinam ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020	Lei Munici- pal 322/1998 e Lei Munici- pal nº 1308/2020
ão de Pessoas (Folh	a de Pagamento e	Atos de Pessoal)	·		
s de Pessoal					
Ponto de controle	Processos Administrati- vos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecio- nada
Registro de Admis- sões – envio ao TCE	Não ocorreu fato desta natureza.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servi- dores efetivos estão sendo enca- minhadas ao TCE para fins de re- gistro.	Não ocorreu fato desta natureza.	Não ocor- reu fato desta natu- reza.
Registro de Admis- sões – apreciação do controle interno	Não ocorreu fato desta natureza.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servi- dores efetivos estão sendo subme- tidos à apreciação do controle in- terno por meio de emissão de pa- recer.	Não ocorreu fato desta na- tureza.	Não ocor- reu fato desta natu- reza.
	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal is atos de gestão Ponto de controle Pessoal – função de confiança e cargos em comissão Pessoal – contratação por tempo determinado io de Pessoas (Folhis de Pessoal Ponto de controle Registro de Admissões – envio ao TCE Registro de Admissões – apreciação	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal Ponto de controle Pessoal – função de confiança e cargos em comissão Pessoal – contratação por tempo determinado Pessoas (Folha de Pagamento Registro de Admissões – envio ao TCE Parcelamento de debitos previdenciários – Não ocorreu fato desta natureza Não ocorreu fato desta natureza Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020 Processos Administrativos analisados Registro de Admissões – envio ao TCE Registro de Admissões – apreciação Não ocorreu fato desta natureza	Servidores cedidos Extrato consolidado da folha de pagamento Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal Ponto de controle Pessoal – função de confiança e cargos em comissão Pessoal – contratação por tempo determinado Pessoal – contratação por tempo determinado Ponto de confrole Processos Administrativos analisados Pessoal – contratação por tempo determinado Ponto de confisação por tempo determinado Ponto de controle Registro de Admissões – envio ao TCE Registro de Admissões – apreciação Registro de Admissões – apreciação Registro de Admissões – apreciação Não ocorreu fato desta natureza CRFB/88, art. 37, inciso IX. CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016 CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Extrato consolidado da folha de pagamento Extrato consolidato pagamento Extrato consolidato pagamento Não ocorreu fato debitos previdenciários – Autorização Não ocorreu fato desta natureza Extrato consolidado da folha de confiança e cargos em comissão Extrato consolidado da folha de pagamento Extrato consolidado	Extrato consolidado da folha de pagamento Parcelamento de débitos previdenciarios - Autorização Legal

1.2 Constatações e Proposições

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Extraímos um relatório de despesas liquidadas e comparamos as datas de liquidação com as datas dos empenhos e observamos que não houveram despesas com datas anteriores aos empenhos. A despesa total empenhada de R\$ 2.645.089,33 e liquidada e paga no valor de R\$ 2.639.130,22 não ultrapassaram a orçada no valor total de R\$ 2.700,000,00 tendo como saldo orçamentário no final de 2024 o valor de R\$ 54.910.67	Transparência recomenda o	Ficou demonstrado que o SAAE executou as despesas dentro do orçamento programado não ultra-passando o valor previsto.

Página 6 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

1.2.1	Verificamos que foram realizados os registros dos recolhimentos orçamentários do RGPS corretamente RPPS. Verificamos que os pagamentos previdenciários foram realizados no prazo, considerando que todos foram efetivados até o dia 20 do mês subsequente, tendo em vista o relatório de pagamento, DELREP e o DEMCSE analisados.	Transparência fez acompanhamento e monitoramento no decorrer do exercício de 2024 Esta Secretaria de Controle e Transparência recomenda que seja observado os prazos para pagamento das contribuições previdenciárias, visando o cumprimento legal	Ficou demonstrado que o SAAE atendeu recomendações e encontra-se conformidade com as normas. Ficou demonstrado que o SAAE cumpriu com suas obrigações previdenciárias, tanto do RPPS, quanto do RGPS, conforme analisados no relatório de pagamento e no DEMCSE.
1.2.4	Verificamos conforme especificado no DEMCSE que todas as retenções referentes a previdência social foram repassadas, considerando o valor de R\$ 47.384,70 no RPPS e R\$ 23.197,52 no RGPS.	das obrigações. Esta Secretaria de Controle e Transparência recomenda ob- servar e acompanhar as re- tenções e os recolhimentos previdenciários, visando a qui- tação total e a adimplência do município quanto os valores referentes a previdência dos servidores.	Ficou demonstrado que o SAAE reteve e recolheu os valores previdenciários em conformidade no que tange os valores apresentados, incluindo os saldos.
1.3.1	Verificamos que os valores apresentados no TERALM e no Balancete que compõe o RELGES estão em conformidade com as demonstrações contábeis.	Esta Secretaria de Controle e Transparência orienta que, no caso de alguma divergência, as mesmas sejam devida- mente sanadas.	Ficou demonstrado que o SAAE apresentou de forma satisfatória o demonstrativo da movimentação do Almoxarifado.
1.3.3	Considerando es extratos bancários enviados pelo SAAE, verificou-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições bancárias oficiais (CAIXA ECO-NÔMICA FEDERAL, BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BANCO DO BRASIL). Verificou-se que em 31/12/2024 existiam saldos financeiros em conta corrente, evidenciando a não aplicação diária de valores.	Por analogia ao que é praticado na prefeitura municipal a qual aplica diariamente os saldos existentes nas contas correntes, e em referência ao art. 116, § 4 da Lei nº 8.666/93, que trata dos sados de recursos provenientes de convenios, esta Secretaria de Controle e Transparência recomenda aplicação dos valores em instituições oficiais visando segurança dos recursos públicos, e ainda aplicação diária dos saldos conside-	Ficou demonstrado que os valo- res arrecadados pelo SAAE foram movimentados em instituições ofi- ciais, porém verificou-se que os saldos não são aplicados em sua totalidade, influenciando no rendi- mento entregue pelos bancos, esta Secretaria de Controle e Transparência fez recomenda- ções no compromisso de auxiliar na gestão dos saldos existentes.
1.5.1	Verificamos que os arquivos estão em conformidade com as exigências do TCEES, conforme IN Nº 68/2020 e suas alterações.	rando rendimento dos valores em conta. Esta Secretaria de Controle e Transparência recomenda o cumprimento das exigências do TCEES no que tange as prestações de contas.	Ficou demonstrado que SAAE cumpriu as exigências estabelecidas na IN Nº 68/2020 que trata sobre a PCA.

2. Parecer do Controle Interno

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Américo Salvador, Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Vargem Alta/ES, relativo ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR** com ressalvas.

Página 7 de 8



Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Controle e Transparência

3. Ressalvas

Ressalvamos que ao longo do exercício de 2024, houveram diversas movimentações na equipe do Controle Interno, cujos trabalhos foram desenvolvidos por 6 (seis) servidores diferentes, o que impactou na quantidade e qualidade dos trabalhos efetuados, uma vez que a cada troca de servidor, perdia-se conhecimento e continuidade nos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pelo Controle Interno.

Ressalvamos ainda, que ficou demonstrado que os valores arrecadados pelo SAAE foram movimentados em instituições oficiais, porém verificou-se que os saldos permanecem não sendo aplicados em sua totalidade, influenciando no rendimento entregue pelos bancos. Esta Secretaria de Controle e Transparência fez recomendações no compromisso de auxiliar na gestão dos saldos existentes.

Por fim, esta Secretaria de Controle e Transparência vem monitorando quanto ao cumprimento de determinações emitidas pelo TCEES, em especial, quanto ao acompanhamento e evolução da prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Vargem Alta/ES, 17 de março de 2025

PAULO SERGIO SARTORI DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Controle e Transparência Decreto nº 5534/2025

Página 8 de 8